

O CAMINHO DA CIDADANIA NO BRASIL

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O Longo Caminho**. 3^aed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

*Gladstone Leonel Silva Júnior**

*Ana Paula Bagaiolo Moraes***

O Autor inicia a obra expondo o que considera o trajeto percorrido pela cidadania no Brasil ao longo de sua história. Já no primeiro capítulo, intitulado de “primeiros passos”, transcorre a respeito das transformações ocorridas no país, passando pelo período colonial, imperial e republicano.

Fica clara, a conotação comercial na conquista do Brasil, utilizando-se num primeiro momento da produção de açúcar para resolver o problema da demanda na Europa com a utilização de mão-de-obra escrava. Demonstra-se que na época da colonização portuguesa, havia sido construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Apesar de também persistir uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado Absolutista.

Na obra está ressaltado que o fator mais negativo para a formação cidadã de um povo foi a escravidão, em um primeiro momento de indígenas, os quais acabaram sendo dizimados, em grande parte, e certamente a de negros africanos, a qual perdurou até fins do século XIX.

Resta demonstrado, que no período colonial não havia poder público, implicando na impossibilidade de garantia de direitos civis básicos e políticos. Ademais, a população era majoritariamente analfabeta e contrastando com a Espanha, Portugal não permitia a criação de universidades em suas colônias.

De acordo com José Murilo de Carvalho houve a independência, mas nada mudou na questão da cidadania. No Brasil, a independência foi pacífica e negociada contrariando outros países da América Latina. Assim, mesmo que iniciasse uma movimentação incentivadora de

* Doutorando em Direito pela UnB, na linha Direito Achado na Rua. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP/Franca. Assessor da Relatoria Nacional do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação da Plataforma DHESCA - Brasil.

** Mestre em Direito pelo Programa de Pós Graduação da UNESP/Franca.

direitos políticos para parcela restrita da população, havendo praticamente eleições ininterruptas de 1822 a 1930, a Monarquia manteve-se após a independência.

Nesta época ocorreram significativas revoltas com cunho separatista em pontos diversos do país, como a Sabinada, a Cabanagem e a Revolução Farroupilha.

O sentimento de nação entre os brasileiros, só se torna mais evidente com a Guerra do Paraguai. Antes, preponderavam apegos regionalistas e uma aversão geral a Portugal. Além disso, este evento possibilitou uma força motriz para o aumento da pressão para abolição da escravidão e manutenção da unidade territorial. Assim, em 1888 foi decretada a abolição. Contudo, aos negros libertos “não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário.”

Em seguida, o autor contextualiza a proclamação da República, como sendo um ato surpresa comandado por militares e poucos civis, sem participação popular. Ainda assim, sob forte resistência, em determinado período, como no surgimento de Canudos e do Contestado. A República brasileira adotou o federalismo ao estilo norte-americano reforçando os governos estaduais.

O que passa a preponderar estruturalmente no país, é a manutenção da grande propriedade monocultura de exportação de produtos como, cana, algodão e café e o fortalecimento do coronelismo nas relações político-sociais. Não havia as condições necessárias para o exercício independente do direito político pelo povo.

Durante a década de 20 incrementa-se a urbanização, o processo de industrialização e o início da organização do operariado influenciado pela vinda de imigrantes europeus. A partir de então ocorrem greves significativas, sobretudo, a greve geral de 1917 e o Partido comunista é fundado no Brasil. A reivindicação proveniente destes setores contribui para o avanço nos direitos civis, mesmo estes ainda sendo bastante precários.

Até 1930, a participação política era restrita e a cidadania mitigada. O autor salienta que o povo não era protagonista dos grandes acontecimentos políticos nacionais, mas mero expectador.

José Murilo de Carvalho nos apresenta o início da década de 30 como um divisor de águas na história do país, passando a ocorrer mudanças sociais e políticas. A Era Vargas, como ficou conhecida,

demonstrou avanço em direitos sociais por parte do Governo, exemplificadas através da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.

Contudo, de 1930 a 1945, o plano político foi caracterizado pela instabilidade, havendo alternância de regimes democráticos com ditaduras. Até esta época, a sociedade brasileira era desarticulada, não tinha centro de referência, cabendo ao Estado organizá-la e fornecê-la este propósito.

Nos primeiros anos da década de 30, configuram-se ensaios de maior participação política, com a Revolução Constitucionalista, onde os paulistas pediam o fim do governo ditatorial e a convocação de eleições para escolher uma assembléia constituinte. Ademais, em 1933, há criação do voto secreto e da Justiça Eleitoral. Cabe ainda citar o surgimento de grupos políticos à esquerda como a ANL (Aliança Nacional Libertadora) liderado por Luís Carlos Prestes e de orientação fascista como a AIB (Ação Integralista Brasileira) dirigido por Plínio Salgado.

Mesmo com o regime ditatorial civil, implantado a partir de 1937, sendo justificado pela existência destas outras forças políticas, o autor salienta o significativo avanço dos direitos sociais no país, sobrevivendo aos direitos políticos e civis.

Estes direitos políticos são fortalecidos a partir de 1945, com o fim da ditadura Vargas, iniciando-se uma fase que pode ser reconhecida como a primeira experiência democrática de sua história do Brasil. “Em 1930, os votantes não passavam de 5,6% da população. Na eleição presidencial de 1945, chegaram a 13,4%, ultrapassando, pela primeira vez, os dados de 1872”.

Algumas legendas políticas apresentam força na época, sobretudo, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), já que o Partido Comunista havia sido cassado em 1947.

O autor pontua a fase de desenvolvimentismo nacional, com a chegada de Juscelino Kubitschek a presidência e abertura do país ao capital externo e maior industrialização.

No início da década de 60 e com a posse de João Goulart, observa-se no Brasil uma maior participação e efervescência política com o surgimento das Ligas Camponesas, organizações progressistas da Igreja, fortalecimento de movimentos estudantis. A mobilização política se fazia em torno do que se chamou “reformas de base”. Contudo, a organização de setores conservadores da direita aliada aos militares

prevaleceu e foi dado um novo Golpe Militar em 1964.

O autor explicita que este episódio demonstra que “o povo perturbava o funcionamento da democracia dos liberais. Para eles, o governo do país não podia sair do controle de suas elites esclarecidas.”

Logo, o espaço de desenvolvimento da cidadania do Brasil é composto de inúmeros outros fatos históricos importantes, mais amplos que os descritos pelo autor. Mesmo que esse, em linhas gerais estabeleça uma trajetória interessante da concepção de direitos no Brasil. Contudo, a contribuição dessa obra é fundamental para refletirmos e executarmos novos passos para a conquista e eficácia de direitos para o povo.